



QUESTIONÁRIO DE INSPEÇÃO GERAL – INFÂNCIA E JUVENTUDE

COMARCA	Belém
UNIDADE INSPECIONADA	Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	Privativa para Infância e Juventude (infracional e protetiva)
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	26 de maio de 2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Sérgio André dos Santos Moraes Diretor de Secretaria
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Tiara Guedes Aires Analista Judiciário CGJ

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Juiz Antônio Cláudio Von Lohrmann Cruz, titular desde 31/08/2007

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: 20 dias (11/03 a 30/03)
- b. Folgas compensatórias: 00
- c. Licenças: 00

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

19 de dezembro de 2022

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Apenas 01 - PJE COR 0003757-43.2022.200.0814 – Correição ordinária referente ao ano 2022 – pendente resposta da unidade quanto ao cumprimento das determinações da correição exaradas pela Corregedoria.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Fevereiro de 2023

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1. Gabinete:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	01
Exclusivamente comissionados(as)	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários(as)	01
Terceirizados(as)	00

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da Vara da Infancia e Juventude Distrital de Icoaraci

SubÁrea Forum Distrital - Icoaraci
Lotação Gabinete da Vara da Infancia e Juventude Distrital de Icoaraci
Gestor(a) Antonio Claudio Von Lohrmann Cruz
Localização FORUM DISTRITAL DE ICOARACI
Telefones
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Maria de Belem Correa de Azevedo Nascimento	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Simone Pantoja Breeman	Efetivo	Analista Judiciario	Normal

2.1.2. Secretaria:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	04
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários/as	01
Terceirizados/as	00

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

Vara da Infancia e Juventude Distrital de Icoaraci

SubÁrea Forum Distrital - Icoaraci
Lotação Vara da Infancia e Juventude Distrital de Icoaraci
Gestor(a) Sergio Andre Santos Moraes
Localização FORUM DISTRITAL DE ICOARACI
Telefones
E-mail Institucional

Juiz Titular Antonio Claudio Von Lohrmann Cruz

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Antonio Claudio Von Lohrmann Cruz	Magistrados	Diretor do Forum Distrital de Icoaraci	Normal
Clenir Araujo Fernandes Costa	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Ivan Pinheiro Tavares Junior	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Jeorgiannys Tellen Lobato Moura	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Joelma Rodrigues dos Santos	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Lana Araujo de Castro	Estagiario	Estagiario	Normal
Mayara Carolina Santos Bacha	Estagiario	Estagiario	Normal
Sergio Andre Santos Moraes	Efetivo	Analista Judiciario	Normal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O Diretor de secretaria informou que a servidora Jeorgiannys Tellen Lobato Moura não exerce suas atividades na secretaria, apenas foi colocada à disposição da secretaria para atuar durante o mês de junho, quando o servidor Ivan Pinheiro Tavares Junior estará de férias. A unidade está com a lotação paradigma atendida.

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim. Atualmente 03 (três) servidoras encontram-se em regime de teletrabalho, Clenir Araújo Fernandes Costa, Joelma Rodrigues dos Santos e Simone Pantoja Breeman. Contudo, em razão da readequação determinada através do Ofício Circular nº 001/2023-SGP e, ainda, das orientações contidas na Portaria Conjunta nº 02/2023-GP/CGJ e Portaria nº 2640/2022-GP, a unidade abriu uma consulta à Presidência através do SIGADOC TJPA-MEM-2023/18464 para esclarecimentos em relação ao quantitativo de servidores autorizados ao teletrabalho na unidade, bem como quanto a necessidade de retorno ao trabalho presencial e aguarda a decisão. **O controle de produtividade é realizado através de relatórios mensais encaminhados pelas servidoras (ANEXO I), porém a unidade foi orientada a elaborar um novo modelo de relatório a fim de identificar os tipos de documentos expedidos e a relacionar todas as tarefas executadas, bem como estabelecer a meta mensal planejada e verificar o grau de cumprimento a fim de aferir de forma mais eficiente a produtividade dos servidores.**

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

O controle de produtividades dos servidores em regime de trabalho presencial é realizado através do Painel de Gestão de Atividades, disponível no Painel de Gestão Judiciária (PGJ), e as tarefas da secretaria e do gabinete são divididas de acordo com as especialidades de cada um, ficando a supervisão sob a responsabilidade da assessora e do diretor de secretaria. Na inspeção foi possível identificar que a gestão da unidade ocorre de forma compartilhada entre o gabinete e a secretaria e há claramente uma divisão de tarefas. **A Corregedoria recomendou aos gestores que o controle de produtividade seja feito através de relatório individual para cada servidor, com planejamento de meta mensal e alcançada, contendo as tarefas realizadas e os documentos expedidos, a fim de aferir de forma mais eficiente e transparente a produtividade dos servidores.**

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Através de acompanhamento no Painel de Gestão Atividades dentro do PGJ. A unidade informou que o Plano de Ação Unidade está em construção e será anexado nos autos do PJE COR 0003757-43.2022.200.0814 (Correição ordinária 2022), contemplando as determinações da CGJ.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

identificados na última correção tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

A porta da assessoria apresenta uma fissura que nunca foi feito reparo e a porta interna do gabinete do magistrado foi danificada devido a constante baque com uma prateleira instalada atrás da porta. Além disso a sala do gabinete do magistrado apresenta umidade e cheiro forte de mofo.

O último SIGADOC referente à porta da assessoria PA-MEM-2022/16650 foi arquivado sem o atendimento desse item, especificamente.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 17/05/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	307	409
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	55	107
Total do acervo com prioridade	307	211
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	00	00
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	93	65
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	00	00
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	00	00



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

BELÉM		VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOA...		
ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	302	0	65	0
ACERVO COM PRIORIDADE	Detalhamento		Detalhamento	
PROCESSOS SUSPENSOS	Acervo ativo por classe e situação processual			
CASOS NOVOS	CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
PROCESSOS BAIXADOS	Processo de Apuração de Ato Infracional	34	22	56
PROCESSOS META 1	Ação Civil Pública	36	13	49
	Providência	36	10	46
	Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	17	6	23
	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9	8	17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	BELÉM	VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE IC...
	ACERVO	CASOS SUSPENSOS
		107
	ACERVO COM PRIORIDADE	
	PROCESSOS SUSPENSOS	Lista de processos suspensos
	CASOS NOVOS	

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
00017794620168140201	2016	PJE1G	156	Cumprimento de sentença
00042451820138140201	2013	PJE1G	156	Cumprimento de sentença
00046911620168140201	2016	PJE1G	156	Cumprimento de sentença
00050754720148140201	2014	PJE1G	156	Cumprimento de sentença

	BELÉM	VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOA...
	ACERVO	ACERVO ATIVO COM PRIORIDADE
	ACERVO COM PRIORIDADE	211

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	124
Total de processos julgados	92
Total de processos baixados definitivamente do acervo	49

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	263
Despachos	508
Sentenças com resolução de mérito	52
Sentenças sem resolução de mérito	40
Audiências realizadas	98

*Referência: 01/02/2023 a 14/05/2023 (3 meses)

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

O controle/acompanhamento dos índices é realizado pelo gabinete. Em cumprimento à determinação constante na Correição anterior, realizada em 16 a 18 de janeiro de 2023 (PJE COR 0003757-43.2022.200.0814), está sendo elaborado plano de ação para cumprimento das metas nacionais que será enviado à CGJ através do PJEcor.

Print de tela do Painel de Gestão Judiciária:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- Movimentação processual;
- Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

A CGJ analisou por amostragem os processos nº 0800556-83.2020.8.14.0201; 0803051-37.2019; 0829573-24.2021.8.14.0301 e verificou que se encontram em andamento sem a retirada da suspensão.

Além disso, a unidade informou que havia processos julgados sem a devida retirada da condição de suspensão/sobrestamento já se encontram arquivados definitivamente.

A Corregedoria recomendou à unidade que baixe a planilha de processos suspensos, disponível no Painel de Gestão Judiciária, e faça consulta individualizada de todos os processos a fim de verificar a regularidade da tramitação. E, em sendo o caso de retirada da suspensão, que seja observado o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ.



6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

A unidade informou que não há bens apreendidos na unidade. Atualmente os bens estão sendo encaminhados da Delegacia diretamente para perícia e, após ficam acautelados central de custódia. Diante do determinado no **ofício circular nº 016/2023-CGJ, os bens devem ser cadastrados pela unidade judicial.**

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

Sempre que há cumprimento de diligências nos processos, a secretaria verifica a necessidade de atualização de informações, sendo providenciadas de imediato. A CGJ orientou que seja feito a atualização dos dados sempre que houver peticionamento, informação na certidão do oficial de justiça, comparecimento das partes ou qualquer outra forma de comunicação nos autos.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Havia 08 (oito) notificações, todas do dia 26.05.2023. A Unidade informou que fez a depuração da pasta agrupadores. Durante a inspeção a CGJ orientou a unidade sobre como utilizar a ferramenta agrupadores para fazer a triagem de todas as comunicações e peticionamentos que são feitos dentro do processo eletrônico, e **RECOMENDOU que seja realizado o acompanhamento diário e, após realizar a movimentação do processo, seja feita a retirada do agrupadores** de modo a manter só os processos que ainda precisam ser analisados e movimentados. Além disso a unidade foi orientada a dar imediato cumprimento às comunicações da pasta agrupadores, considerando a prioridade absoluta da infância e juventude.

6.6. A remessa de processo no PJE o segundo grau está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

SIM. 0801309-74.2019.814.0201

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Nenhum, todos os processos migrados já estão tramitando regularmente.

6.8. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

20 processos, conforme dados disponíveis no Portal PIB



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



6.9. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Não há processo paralisado há mais de 100 dias na unidade.

6.10. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

Por telefone, e-mail, balcão virtual e presencialmente, organizados por ordem de chegada, observando-se as prioridades legais.

6.11. No último plantão judicial foi verificado se constam mandados pendentes de distribuição no perfil de plantão - oficial distribuidor, oriundos desta unidade? Se sim, foi realizada a depuração?

Não há mandados pendentes de distribuição, no perfil do plantão, oriundos desta Vara.

6.12. Há processos arquivados no perfil de plantão cível – servidor arquivo – que sejam da competência desta unidade judicial? Identifique os processos.

Foi verificado que há 210 processos arquivados no perfil plantão, porém nenhum de competência da unidade.

6.13. Há processos de plantão, de competência desta unidade judicial, que estejam aguardando apreciação pela instância superior? Identifique.

Não há.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Sim

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Utiliza modelo, mas não está cadastrado no PJE.

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

Mensalmente. Não há mandados pendentes de depuração.

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Os mandados referentes às audiências “não urgentes” e demais intimações que não constem prazo para cumprimento das diligências são encaminhadas à central de mandados observando o prazo de 40 (quarenta) dias.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Não há.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Não há.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

As audiências realizadas na modalidade não presencial ou híbrida correspondem a maioria dos atos processuais realizados na Vara, em razão da unidade ser 100% Digital. Contudo, no momento da intimação das partes e testemunhas, é oportunizada a presença física na sala de audiências para acesso ao *link* da audiência pelos equipamentos do Fórum, já que em alguns casos, os envolvidos não possuem acesso à internet de qualidade.

Quantidade de audiências na modalidade presencial: 02

Quantidade de audiências na modalidade virtual: 10

Quantidade de audiências na modalidade híbrida: 22

A Corregedoria de Justiça realçou que, na conformidade da Resolução nº 6/2023-GP o Tribunal Pleno estabeleceu o retorno às atividades presenciais, assim as audiências deveriam ser presididas pelo magistrado a partir do Fórum, obrigando a presença física do magistrado, salvo as situações exceptuadas pelo normativo.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Há 05 audiências de instrução e julgamento “designadas” para o mês de maio/23 no PJE

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em consulta realizada no dia 15/05/2023, não há nenhum processo paralisado há mais de 100 (cem) dias.

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Não há

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Não há processos nessa condição.

8.6. Quantas audiências concentradas para reavaliação do acolhimento (infância e juventude) de crianças e adolescentes foram realizadas nos últimos 6 meses? Identifique os processos correspondentes.

Nos últimos seis (6) meses foram realizadas 2 (duas) jornadas de audiências concentradas, nos meses de novembro/2022 e fevereiro/2023, totalizando 37 reavaliações.

Processos com medida reavaliada em Novembro/2022: 18

- 1- 0801535-40.2023.814.0201
- 2- 0800630-06.2021.814.0201
- 3- 0800085-96.2022.814.0201
- 4- 0800937-86.2023.814.0201
- 5- 0801874-04.2020.814.0201
- 6- 0801874-67.2021.814.0201
- 7- 0802994-19.2019.814.0201
- 8- 0802234-02.2021.814.0201
- 9- 0802771-61.2022.814.0201
- 10-0803387-36.2022.814.0201
- 11-0803666-22.2022.814.0201
- 12-0803855-97.2022.814.0201
- 13-0800755-37.2022.814.0201
- 14-0802831-34.2022.814.0201
- 15-0801081-94.2022.814.0201
- 16-0801469-31.2021.814.0201
- 17-0803120-06.2018.814.0201
- 18-0800236-96.2021.814.0201

Processos com medida reavaliada em Fevereiro/2023: 19

- 1- 0800755-37.2022.814.0201
- 2- 0802831-34.2022.814.0201
- 3- 0800236-96.2021.814.0201
- 4- 0803120-06.2018.814.0201
- 5- 0801307-02.2022.814.0201



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 6- 0803387-36.2022.814.0201
- 7- 0803666-22.2022.814.0201
- 8- 0803855-97.2022.814.0201
- 9- 0800085-96.2022.814.0201
- 10-0800630-06.2021.814.0201
- 11-0801892-25.2020.814.0201
- 12-0801874-04.2020.814.0201
- 13-0801874-67.2021.814.0201
- 14-0802234-02.2021.814.0201
- 15-0802994-19.2019.814.0201
- 16-0802771-61.2022.814.0201
- 17-0803298-13.2022.814.0201
- 18-0801469-31.2021.814.0201
- 19-0801081-94.2022.814.0201

A próxima jornada de reavaliações de medida de proteção de acolhimento institucional está sendo realizada no mês corrente (MAIO), com a análise de relatórios e pareceres técnicos, com 17 reavaliações agendadas:

- 1- 0800630-06.2021.814.0201
- 2- 0800085-96.2022.814.0201
- 3- 0801874-04.2022.814.0201
- 4- 0801874-67.2021.814.0201
- 5- 0802994-19.2019.814.0201
- 6- 0802234-02.2021.814.0201
- 7- 0802771-61.2022.814.0201
- 8- 0803298-13.2022.814.0201
- 9- 0805782-98.2022.814.0201
- 10-0803387-36.2022.814.0201
- 11-0803666-22.2022.814.0201
- 12-0800755-37.2022.814.0201
- 13-0802831-34.2022.814.0201
- 14-0801081-94.2022.814.0201
- 15-0801469-31.2021.814.0201
- 16-0803120-06.2018.814.0201
- 17-0800236-96.2021.814.0201

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

28 crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional.

8.8. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos?

Sim. Havia 17 crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA. Contudo, a unidade informou que, em função da reavaliação das medidas de proteção agendadas para o mês de maio, as pendências serão totalmente sanadas.

Processos:

0800630-06.2021.814.0201



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0800085-96.2022.814.0201
0801696-50.2023.814.0201
0801874-04.2020.814.0201
0801874-67.2021.814.0201
0802994-19.2019.814.0201
0802234-02.2021.814.0201
0802771-61.2022.814.0201
0803298-13.2022.814.0201
0805782-98.2022.814.0201
0803387-36.2022.814.0201
0803666-22.2022.814.0201
0803855-97.2022.814.0201
0801885-28.2023.814.0201
0801122-27.2023.814.0201
0800755-37.2022.814.0201
0802831-34.2022.814.0201
0801469-31.2021.814.0201
0800236-96.2021.814.0201
0801307-02.2022.814.0201
0833855-37.2023.814.0201
0801067-13.2022.814.0201
0801309-69.2022.814.0201
0800659-90.2020.814.0201
0802753-40.2022.814.0201
0802408-74.2022.814.0201
0800659-90.2020.814.0201
0801141-67.2022.814.0201
0840221-29.2022.814.0301

A captura de tela mostra a interface do sistema SNA. No topo, há o logotipo do SNA e o Conselho Nacional de Justiça. Abaixo, há uma barra de navegação com 'Alertas' e 'Informações'. O menu 'Alertas' contém um formulário com 'Estado' (Para) e 'Órgão Julgador' (VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DISFR). O menu 'Informações' contém uma seção 'Acesso ao SNA' com um texto explicativo sobre o acesso ao sistema. Abaixo do formulário, há uma seção 'Crianças e Adolescentes' com cinco cartões de estatísticas: 'Para solução imediata' (17), 'Vinculados para adoção' (4), 'Aptos para adoção' (2), 'Disponível para busca ativa' (1) e 'Com manifestação de pretendente por Busca Ativa' (0).

8.9. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

10 processos, quais sejam:
1- 0802490-08.2022.814.0201



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 2- 0805723-13.2022.814.0201
- 3- 0801141-67.2022.814.0201
- 4- 0801309-69.2022.814.0201
- 5- 0802753-40.2022.814.0201
- 6- 0802408-74.2022.814.0201
- 7- 0801067-13.2022.814.0201
- 8- 0806037-56.2022.814.0201
- 9- 0800943-30.2022.814.0201
- 10-0800152-27.2023.814.0201

8.10. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos

07 processos, quais sejam:

- 1- 0801141-67.2022.814.0201
- 2- 0800659-90.2020.814.0201
- 3- 0840221-29.2022.814.0301
- 4- 0802408-74.2022.814.0201
- 5- 0800659-90.2020.814.0201
- 6- 0801067-13.2022.814.0201
- 7- 0801034-91.2020.814.0201

8.11. Com que frequência é realizada a Busca no SNA? Caso negativa a busca para município, estado, e o restante da federação, a criança é colocada à disposição da CEJAI TJPA? Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional?

A Busca Ativa no SNA é uma ferramenta adotada recentemente pelo CNJ, e tem a seguinte descrição de acordo com o Manual do SNA-CNJ:

“Conforme a Portaria-CNJ N° 114, de 05 de maio de 2022, que institui a ferramenta de busca ativa no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), a ferramenta será disponibilizada para o perfil dos administradores(as) nacionais e estaduais, magistrados(as) e seus/suas auxiliares, que poderão disponibilizar crianças/adolescentes para a busca ativa (nesta opção, poderá ser vinculada uma criança ou adolescente a um pretendente fora do perfil por ele aceito, sem a necessidade de alteração do perfil do pretendente), desde que a criança/adolescente tenha sido disponibilizada para tal, conforme decisão judicial, e desde que o pretendente possua uma habilitação para adoção válida.”

Havia apenas uma adolescente nessa condição, disponível para BUSCA ATIVA, JANDIRA MARÇAL DOS SANTOS, cujo perfil está sendo ajustado para ativação dessa ferramenta, posto que a unidade estava aguardando o envio de fotos e vídeos do Serviço de Acolhimento.

Contudo, há outro entendimento sobre esse termo “busca ativa”, assim, no que tange a pesquisa geral para a busca de pretendentes, a unidade referiu fazer diariamente a busca, até que se esgotem os pretendentes disponíveis no sistema.

A unidade ressalta que, nos casos de crianças menores (até 9 anos de idade), há uma quantidade maior de pretendentes a serem consultados, em todas as esferas, o que demanda mais atenção e dedicação dos técnicos para vincular/consultar/desvincular. Nos casos de adolescentes e crianças com necessidades especiais, mesmo com as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

buscas (com ou sem margem), a unidade referiu dificuldades para encontrar pretendentes disponíveis, mas ainda assim são realizadas buscas semanais (no mínimo duas vezes por semana); ressaltando que, o SNA automaticamente, ao detectar possível pretendente, faz a vinculação, e nesse caso é checada a possibilidade da continuidade da vinculação.

Em caso, negativa a busca para município, estado, e o restante da federação, é informado ao juiz a inexistência de pretendentes nacionais para que ele possa determinar o encaminhamento à CEJAI.

A última comunicação expedida à CEJAI foi realizada em 25 de fevereiro de 2021.

A Corregedoria orientou à unidade quanto a necessidade de realizar a articulação com a rede de apoio e proteção social para viabilizar atendimento às crianças e adolescentes com necessidades especiais físicas, saúde mental e drogaditos a fim de prepará-las para adoção ou de trabalhar o fortalecimento de vínculos familiares e suas autonomias, conforme o caso concreto.

A unidade informou que o CREAS está sem psicólogo e que o prazo de atendimento para vítimas de abuso está em 06 meses.

8.12. Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Atualmente não há adolescentes internados provisoriamente. O controle é realizado através de etiqueta e alerta no PJE.

A Corregedoria recomendou que a unidade utilize planilha própria compartilhada entre gabinete e secretaria a fim de fazer o acompanhamento dos adolescentes internados provisoriamente.

8.13. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias?

Nenhum

8.14. A unidade utiliza o sistema CNAEL (Cadastro Nacional de adolescentes em conflito com a Lei) do CNJ? Identifique quais tipos de guias são expedidas? Por amostragem verifique 03 (três) processos com a guia regularmente expedida.

Sim. Guias em internação provisória (cautelar), semiliberdade, internação definitiva, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

8.15. Após o cumprimento da internação provisória ou de medida socioeducativa aplicada ao adolescente, a unidade efetua baixa da guia no sistema CNAEL? Por amostragem, identifique 03 (três) processos que atestem essa condição.

Sim.

0801603-87.2023.814.0201

0803237-55.2022.814.0201

0803049-62.2022.814.0201

8.16. Quantas audiências foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 6 meses? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023).

A Vara não possui competência para execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.17. Os mandados de busca e apreensão expedidos (art. 184, §3º, ECA) estão sendo reavaliados a cada 06 meses, conforme regramento do art. 47 da Lei 12.594/12 – SINASE (Art. 47. O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 (seis) meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente). Por amostragem, identifique 03 (três) processos que atestem que a unidade está adotando tal medida.

Sim. 0800716-40.2022.814.0201; 0800327-55.2022.814.0201; 0803476-93.2021.814.0201.

8.18. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Sim.

8.19. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim.

A CGJ orientou os servidores de como utilizar o PGJ para baixar a planilha do acervo da unidade a fim de acompanhar o andamento dos processos de modo que não entrem nos paralisados há mais de 100 dias, recomendando que a Vara trabalhe com o prazo de 50 dias, considerando a prioridade absoluta dos feitos da infância e juventude.

8.20. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA?

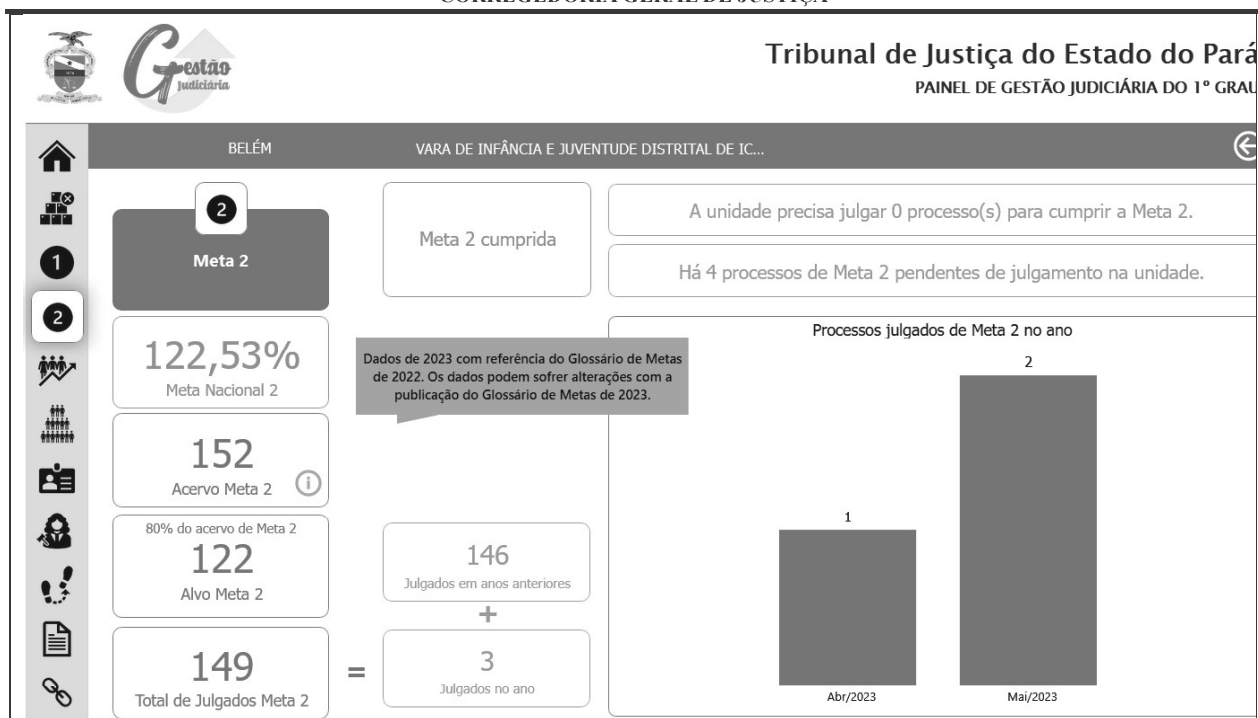
Sim.

8.21. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

Nenhum. A meta 2 está cumprida em 122,53%, conforme *print* do Painel de Gestão Judiciária. Porém, ainda há quatro processos de meta 2 pendentes de julgamento na unidade. A Corregedoria recomendou o julgamento dos referidos processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última Correição realizada pela Corregedoria na Unidade Judicial.

01 a 03 de Outubro de 2019. PJECOR 0000157-82.2020.2.00.0814

9.2. Data da última correição ordinária realizada pelo(a) magistrado(a) na Unidade Judicial. Identifique o processo.

16 a 18 de janeiro de 2023. Processo nº 0003757-43.2022.2.00.0814

9.3. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Sim. As determinações referem-se à Correição Ordinária realizada em Janeiro/2023, PJE COR nº 0003757-43.2022.2.00.0814 e ainda estão pendentes de resposta pela unidade judiciária, porém dentro do prazo.

Determinações para o Gabinete: Prazo 90 dias

- 1- Preparar plano de ação fixando especialmente como objetivos o cumprimento de Metas 1 e 2 – CNJ, a baixa processual e a não permanência de processos paralisados há mais de 100 dias na unidade, sendo importante parametrizar tarefas entre os servidores para não ficarem aquém ou além de suas forças;
- 2- Envidar esforço para análise e atuação em processos que se encontram paralisados há mais de 100 dias, não permitindo que processos permaneçam nessa condição, considerando que a competência exclusiva da unidade envolve matéria com prioridade constitucional;
- 3- Determinar a atualização e manutenção de informações no SNA;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 4- Observar o prazo legal de 180 dias e 240 dias para o processo de destituição do poder familiar e processo de adoção;
- 5- Observar a designação de audiências em tempo hábil para cumprimento da decisão pela Secretaria, bem como do Mandado pela respectiva Central (vide prazos previstos no Provimento Conjunto nº 009/2019-CJRMB/CJCI), evitando assim, constantes redesignações de audiências sem finalização, dificuldades para alcance de metas nacionais e prejuízo ao prazo razoável de processo, ressalvadas as hipóteses de urgência;
- 6- Apresentar informações sobre as razões da discrepância entre as audiências designadas e as efetivamente realizadas;
- 7- Envidar esforço para cumprimento das Metas 1 e 2 Nacionais;
- 8- Encaminhar proposta de projeto com o objetivo de implantar/implementar programa de cunho restaurativo em favor do público juvenil envolvido em atos infracionais e sua integração na escola e comunidade.

Determinações para a Secretaria: Prazo 90 dias

- 1- Observar os prazos e classificação dos mandados conforme Provimento nº 9/2019;
- 2- Estabelecer rotina para correta classificação das ações segundo a TPU;
- 3- Solicitar informações sobre o cumprimento dos mandados com prazo extrapolado;
- 4- Incrementar a baixa processual para atingir grau de cumprimento, valendo-se da ferramenta PIB.

As determinações e recomendações estão sendo providenciadas.

Icoaraci/Belém, conforme assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE
SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.06.28 11:31:35 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Documento assinado digitalmente
gov.br TIARA GUEDES AIRES
Data: 29/06/2023 16:37:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

TIARA GUEDES AIRES
Analista Judiciário da CGJ